

DOSSIÊ

VIOLÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR E ESCOLA EM CONTEXTO VIOLENTO – PARTE II

VALÉRIA CRISTINA DE OLIVEIRA

Professora adjunta do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG). Doutora e Mestre em Sociologia pela UFMG. Pesquisadora do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG) e do Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares (Nupede). Desenvolve pesquisas sobre violência em contexto escolar, mecanismos informais de controle social e efeitos de vizinhança.

FLÁVIA PEREIRA XAVIER

Mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG). É pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares (Nupede) e desenvolve pesquisas nas áreas de Avaliação Educacional, Sociologia da Educação e Estratificação Educacional.

Um sinal da relevância de um tema no meio acadêmico é o tamanho do investimento em pesquisas sobre aquele assunto. A discussão sobre violência em contexto escolar é uma dessas que, além de mobilizar a opinião pública, dado que ameaça o papel protetivo das escolas, tem ganhado em todo o mundo a atenção de pesquisadores de diferentes campos de estudo. Longe de estabelecer comparações com outros temas, mas observando o número de teses e dissertações defendidas com o tema “violência escolar” segundo o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, percebe-se o crescimento do campo: foram 349 trabalhos defendidos no Brasil entre 1997 e 2018, partindo de uma dissertação defendida em 1997 para 43 (dissertações e teses) em 2014, ano com maior número de defesas sobre o tema no período (CAPES, 2019).

É certo que esse crescimento foi impulsionado, claro, pela ampliação do número de pós-graduandos no país, mas há que se comemorar a maior atenção dedicada ao fenômeno. A publicação desta segunda parte do dossiê “Violência em contexto escolar e escola em contexto violento” é reflexo de todo esse engajamento, a julgar pela quantidade e a qualidade dos trabalhos que responderam à nossa chamada. O volume e a diversidade dos problemas de pesquisa desenvolvidos nos artigos tornaram inviável a seleção de um pequeno número de trabalhos, fazendo com que, felizmente, tivéssemos fôlego para mais uma publicação.

De maneira geral, os artigos presentes nesta coletânea, bem como essa produção em crescimento desde os anos 90, apontam que a discussão sobre violência em instituições de ensino se dá em diálogo com a análise das mudanças que afetaram os sistemas educacionais brasileiros no mesmo período. A grande ampliação do acesso ao Ensino Fundamental, a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (e a atuação do Conselho Tutelares, Ministério Público e outros atores zelando pelo seu cumprimento) e as condicionalidades de políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família são apenas alguns dos elementos que fizeram com que a escola nos anos 2000/2010 em pouco se assemelhe aquela que viu renascer a democracia em 1988. Abriu-se uma janela de oportunidades para a construção de um projeto de educação pautado no respeito à diversidade – agora estampada nos rostos daqueles que frequentam as milhares de instituições públicas de ensino do Brasil, e na garantia do direito à educação com aprendizagem adequada a cada nível de formação.

No mesmo período experimentamos o investimento nos processos de avaliação em larga escala com a consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o início da participação do país no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (*Programme for International Student Assessment – PISA*) a partir do ano de 2000. O retrato que se desenhou a partir daí não foi o esperado, pois apesar da ampliação do acesso e uma ligeira melhora do aprendizado ainda restavam grandes desafios a serem enfrentados (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2005). Além de aprendermos pouco quando comparados aos demais participantes do PISA (SOARES e NASCIMENTO, 2012), aos poucos verificamos que estudantes negros, com mais baixo nível socioeconômico, de regiões do país com maior privação econômica estão expostos a maiores níveis de desigualdade social que se reflete na desigualdade dos resultados escolares (ALVES, SOARES e XAVIER., 2016). Houve avanços nos últimos anos, mas eles ainda não se refletem nas taxas de conclusão dos anos finais do Ensino Fundamental (CRUZ e MONTEIRO, 2019) e, principalmente, nos indicadores de acesso, permanência e aprendizado no Ensino Médio (CRUZ e MONTEIRO, 2019; LIMA, 2011).

Nesse cenário, os casos de violência também se tornaram mais frequentes, mais graves e geraram maior repercussão fora das escolas: professores agredidos por estudantes, estudantes feridos de morte dentro de estabelecimentos de ensino, posse de armas brancas e de fogo, uso e tráfico de drogas. Todas essas são situações presentes nos relatos de experiência de pais, professores e estudantes e nas imagens veiculadas nos meios de comunicação. O cenário tem levantado perguntas sobre a finalidade da escola que não parece estar cumprindo seu papel na formação humana ou acadêmica das crianças, adolescentes e jovens ao mesmo tempo em que não oferece segurança aos mesmos.

Como costuma ocorrer em momentos de crise, as reações sociais tendem a se direcionar para extremos, para a radicalidade, em busca de um passado ideal onde, nesse caso, as escolas públicas eram aquelas com mais qualidade, bom comportamento e respeito ao professor. Independentemente de questionar a veracidade dessas imagens da educação do passado tomamos como inegável o seu caráter excludente. A educação no Brasil pré-redemocratização era para poucos (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2005) e, com isso, os problemas enfrentados pelas gestões da escola, municípios e estados também eram menos complexos.

Os conflitos e, no limite, a violência vem nesse bojo, principalmente quando ela expõe as divergências quanto ao esquema de crenças, normas e valores entre equipe pedagógica, professores e estudantes. O desafio é construir estratégias que favoreçam a convivência escolar e reduzam as situações de violência, mantendo os ganhos da experiência democrática. Daí a importância do investimento em pesquisa sobre o tema. Ao contrário de ceder às armadilhas de explicações duais sobre o problema, a pesquisa instiga a reflexão a partir de diferentes perspectivas. Assim, políticas de segmentação, seja por nichos sociais, políticos, religiosos ou culturais podem até favorecer a convivência (afinal, há menos conflitos na relação com atores semelhantes), contudo implicam no reforço da exclusão e das desigualdades de acesso que tanto afetaram o sistema de ensino brasileiro e não foram totalmente superadas.

Escolas seguras, onde haja aprendizado adequado e boa convivência entre comunidade escolar é o desejo de todos que se envolvem direta ou indiretamente com o tema. Todavia, acreditamos que isso não seja feito às custas da permanência apenas dos “adequados” ao modelo escolar, com a seleção dos melhores estudantes, geralmente com maior *background* familiar. Se há evidências de que escolas com mais problemas para estabelecer um contexto normativo, instrucional e relacional adequados também são aquelas com pior desempenho, sabe-se também, por meio de pesquisa, que tais escolas tendem a concentrar desvantagens socioeconômicas importantes que envolvem o território em que a escola está inserida e de origem dos seus estudantes. Escolas democráticas de educação básica dificilmente são

aquelas que recebem apenas os “bons alunos”, exclusivas para estudantes bem-comportados, dirigidas somente aos filhos das famílias cristãs e outras dedicadas àqueles com trajetória de reprovação e abandono ou para estudantes em cumprimento de medida socioeducativa. E aí reside o desafio que é enfrentar da violência no contexto escolar, dada a violência do contexto social, sem perder de vista os avanços trazidos pela ampliação do acesso à educação. De maneira qualificada pelo nosso investimento em pesquisa tanto no campo da educação, quanto da violência e da estratificação social, argumentamos que a pesquisa é o caminho mais viável a seguir. Diante disso, esta segunda parte do dossiê reúne cinco trabalhos que complementam o panorama cuja configuração foi apresentada por meio dos artigos e da entrevista que compuseram a primeira parte do dossiê **“Violência em contexto escola e escola em contexto violento”**.

Em uma proposta de orientar o leitor a partir de aspectos mais gerais da discussão sobre violência em contexto escolar em direção a outros mais específicos, o primeiro artigo é uma contribuição de José Vicente Tavares dos Santos e Elisabeth Mazon Machado. Sob o título *“A violência na escola e os dilemas do controle social: uma proposta dialógica”* o ensaio propõe uma reflexão sobre as hipóteses formuladas pelas políticas públicas e pesquisadores acerca da violência na escola. Assim, em face às explicações criminalizantes, psicologizantes, descontextualizadas e dialógicas os autores enfatizam que é no processo pedagógico que escola e professores distinguem e atuam sobre situações de agressividade e violência.

Em *“O ovo ou a galinha? Violências nas escolas e comunidades”* Cândido Alberto Gomes, Ivar César Oliveira de Vasconcelos, Adriana Lira e Diogo Acioli Lima partem dessa conhecida expressão popular para declarar indissociáveis a análise das vulnerabilidades sociais que constituem a escola e sua comunidade e as situações de violência experimentadas naquele espaço. Os casos apresentados no texto demonstram o modo como ações pontuais podem promover mudanças que reverberam positivamente no espaço escolar. Os autores são extremamente claros ao mencionar a responsabilidade dos adultos como gestores da escola, porém, os desobrigam das soluções “mágicas” que o docente herói pode aplicar à revelia dos desafios contextuais.

Fazendo uso da análise quantitativa de dados secundários, Maicker Leite Bartz, Ewerton da Silva Quartieri e Vivian dos Santos Queiroz investigam o quanto fatores intra e extraescolares interferem na probabilidade de um estudante cometer atos de agressão contra colegas. A leitura de *“Fatores que afetam a prática de violência por alunos dentro do ambiente escolar no estado de Minas Gerais”* indica que investir nas relações sociais é o primordial em termos de prevenção à violência, uma vez que indicadores da agressividade dos professores mantiveram associação positiva com a agressividade dos estudantes.

Na linha dos trabalhos que destacam os efeitos da interação entre violência dentro e fora da escola, o trabalho *“Violência na escola e no bairro: o impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes”* traz os resultados de consistente esforço de pesquisa orientado para mapear o fenômeno da violência em escolar de São Paulo. Aline Morais Mizutani Gomes, Debora Piccirillo e Renan Theodoro Oliveira investigam a hipótese de que as dificuldades na construção da autoridade do professor são maiores quando os estudantes são vítimas de agressões e violências no seu local de residência.

Na mesma direção, de investigar os efeitos contextuais sobre a educação, Marcio da Costa e Karina Riehl de Souza Almeida, investigam se a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em regiões da cidade do Rio de Janeiro contribuiu para a melhoria de indicadores escolares nessas áreas. O trabalho conta com a análise quantitativa de dados administrativos da Secretaria Municipal de Educação para

caracterizar estudantes, escolas e os territórios por meio de medidas como a heterogeneidade do corpo docente e a desvantagem relativa na matrícula de estudantes residentes em favelas antes e depois da implantação das UPP.

Finalmente, encerrando este segundo volume do Dossiê, Vinícius Bandeira constrói uma revisão bibliográfica apoiada na descrição de dois casos de intervenção sobre violência em escolas para dizer da importância do diálogo na escola. “*O diálogo como pressuposto de prevenção à violência no ambiente escolar*” tem o mérito de consolidar o que os demais artigos já apontaram: quanto maior a capacidade da comunidade escolar construir espaços de convivência baseados no respeito e no diálogo, menores os problemas relacionados a agressões, criminalidade e violências.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga e SOARES, José Francisco e XAVIER, Flavia Pereira. **Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais**. Revista Brasileira de Sociologia - RBS, v. 4, n. 7, p. 49, 1 Jul 2016.

CAPES. **Catálogo de teses & dissertações**. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 20 out 2019.

CRUZ, Priscila e MONTEIRO, Luciano. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019**. . São Paulo: [s.n.], 2019.

LIMA, Leonardo Claver Amorim. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas?** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 92, n. 231, p. 268–284, 2011. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/532/515>>. Acesso em: 21 out 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Portela e ARAÚJO, Gilda Cardoso. **Qualidade do ensino Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação ***. Revista Brasileira de Educação, n. 28, p. 5–24, 2005.

SOARES, Sergei Suarez Dillon e NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M. **Evolução do desempenho cognitivo dos jovens brasileiros no Pisa**. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/48>>. Acesso em: 21 out 2019.